

FATORES RESPONSÁVEIS PELA EXCLUSÃO DENTRO DO MODELO ATUAL DE INCLUSÃO ESCOLAR

[Índice](#) [home](#) [Autores deste número](#)

João Roberto de Souza Silva
Ivens Hira Pires

RESUMO: A inclusão escolar de crianças com necessidades educacionais especiais, nas últimas décadas, se tornou tema recorrente no cotidiano educacional desde a educação infantil até o nível superior. Este artigo pretende por meio de uma revisão bibliográfica apontar o que os trabalhos brasileiros trazem como principais causas de exclusão da pessoa com necessidades educacionais especiais, dentro do modelo de inclusão escolar. Foi feito um levantamento de artigos indexados no site www.scielo.br com o descritor: inclusão escolar. Foram encontrados 15 artigos, sendo que destes foram excluídos 9 artigos, pois não estavam de acordo com os objetivos desta pesquisa. A falta de infra-estrutura adequada (salas de recursos, professores e técnicos especializados, materiais didáticos - pedagógicos adequados) é apontada como uma das principais causas. Assim, a inclusão escolar nos moldes que vem sendo feita até o momento não possibilita a real inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais e muito pelo contrário reforça sua exclusão.

Palavras-chave: Inclusão escolar, educação, pessoa com necessidades educacionais especiais, pessoa com deficiência.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar de crianças com necessidades educacionais especiais nas últimas décadas se tornou tema recorrente no cotidiano educacional desde a educação infantil até o nível superior. De acordo com a Declaração de Salamanca (1994) “toda criança tem direito a educação e deve ser dada a oportunidade e atingir e manter o nível adequado de aprendizagem”, ou seja, os alunos com necessidades educacionais especiais, devem se sentir efetivamente parte integrante do ambiente escolar tendo a oportunidade de conviver de maneira respeitosa e de serem reconhecidos como sujeitos (STELMACHUK *et. al.* ; 2010).

De acordo com Mendes (2006) a história da educação especial começou a ser traçada no século XVI por médicos e pedagogos que acreditaram nas possibilidades de indivíduos que para época eram considerados ineducáveis. Em uma sociedade, a qual a educação formal era direito de poucos, os trabalhos desenvolvidos por estes eram tutoriais, sendo eles próprios os professores de seus pupilos.

Atualmente, com o intuito de proporcionar uma cultura comum a todos os alunos, e que ao mesmo tempo respeite as suas especificidades e necessidades individuais fazem-se necessárias tentativas de se construir uma escola diversificada (MARTINS, 2006). Uma vez que a escola regular, na maior parte das vezes não foi planejada para a diversidade dos indivíduos, e sim para uma padronização, cujo objetivo é educar aqueles que são considerados “normais”. Deste modo, todas as formas que fogem deste padrão acabam sendo excluídas, pois estão desviantes do padrão de aprendizagem médio dos alunos (IMBERNÓN, 2000).

Assim, de forma gradativa, a inclusão no ambiente de ensino daqueles que são excluídos – entre os quais se encontram aqueles que apresentam necessidades educativas especiais mais significativas e que, em geral, estão entre os que formam os maiores alvos de estigmas sociais vem sendo reconhecida como essencial para a sua dignidade e para o exercício dos seus direitos humanos (MARTINS, 2006).

Segundo Mendes (2006) no Brasil, iniciativas isoladas e precursoras de educação de indivíduos com necessidades educacionais especiais acompanham as tendências do século XIX, sendo realizadas em residenciais e hospitais. Bueno (1993) afirma que foi a partir da década de 70 que ocorreu um fortalecimento do processo de exclusão na escola pública de crianças consideradas indesejadas pela escola comum, que eram encaminhadas para as classes especiais devido ao início da institucionalização da educação especial.

Estima-se que existam no país cerca de seis milhões de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais, e que em torno de 500 mil estão matriculados considerando o conjunto de matrículas em todos os tipos de recursos disponíveis (desde escolas especiais até escolas e classes comuns). Portanto, a maioria dos alunos com necessidades educacionais especiais, atualmente, está fora de qualquer tipo de escola (MENDES, 2006).

Com o propósito de discutir esta realidade, pois quando se reflete sobre a inclusão escolar, ou seja, a necessidade de incluir é porque existem os excluídos, este artigo pretende por meio de uma revisão bibliográfica apontar o que os trabalhos brasileiros

trazem como principais causas de exclusão da pessoa com necessidades educacionais especiais dentro do modelo de inclusão escolar, o qual deveria incluí-la.

MÉTODO

Foi feito um levantamento de artigos indexados no dia 20 de outubro de 2010 no site www.scielo.br com o seguinte descritor: inclusão escolar. Foram encontrados 15 artigos, sendo que destes foram excluídos 9 artigos pois não apresentavam apontamentos claros sobre as principais causas de exclusão da pessoa com necessidades educacionais especiais dentro do modelo de inclusão escolar. Esta análise foi realizada por meio da leitura integral dos artigos e discussão de cada um dos artigos pelos dois pesquisadores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Leonardo *et. al.*(2009) apontaram que tanto as escolas públicas como as privadas, não possuem ainda infra-estrutura adequada para desenvolver projetos inclusivos, pois os profissionais na sua maioria não possuem conhecimento e preparo para lidar com a diversidade dentro da sala de aula. Ocorre, também, a falta de metodologias e recursos didático-pedagógicos adequados.

Segundo Enumo (2005) as dificuldades na inclusão escolar se iniciam com a falha no diagnóstico das dificuldades de aprendizagem específicas dos alunos devido a pouca capacitação profissional para atender pedagógica e psicologicamente essa população. Sant´ana (2005) destaca em seu trabalho a falta de formação especializada e de apoio técnico no trabalho com os alunos com necessidades educativas especiais inseridos nas classes regulares.

Montilha (2009) ao discutir a inclusão escolar de crianças com deficiência visual afirma que para que esta possa ocorrer efetivamente, os profissionais necessitam conhecer as percepções que estes alunos têm a respeito de suas limitações e possibilidades. Faz-se necessário também a criação de sala de recursos com professor especializado e de ambientes educacionais contendo materiais e equipamentos específicos que possibilitem a educação destas crianças.

Avila *et. al.* (2008) colocam que o processo de inclusão vai além de informações técnicas demanda, também, a criação de espaços de cuidado emocional para estes profissionais desde o início da sua formação acadêmica para que possam entrar em contato com os diversos sentimentos, dúvidas e incertezas que envolvem o processo de inclusão escolar.

A criação de espaços grupais para o cuidado emocional possibilita aos seus membros a fragmentação e integração dos mais diversos conteúdos, um processo criativo para a internalização do que foi elaborado grupalmente, ou seja, o grupo facilita e sustenta a subjetividade (KAËS, 1997)

Jurdi e Amiralian (2006) apontam as dificuldades de se estabelecer no ambiente escolar, relações cotidianas de qualidade entre alunos com e sem necessidades educacionais especiais impedem o processo de uma real inclusão escolar, pois as relações podem estar permeadas de preconceito e desconhecimento.

A escola é o lugar onde as crianças se socializam, assim não basta o aluno com deficiência estar dentro da escola, pois o ambiente escolar é competitivo e tende a negar a diferenças e valorizar a homogeneidade, assim, não há espaço para o diferente e único e para estabelecer um diálogo com a diversidade (JURDI e AMIRALIAN; 2006)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com Mazzotta (2008) a inclusão consiste na convivência respeitosa de uns com os outros, sendo esta essencial para que cada indivíduo possa se constituir como pessoa ou sujeito e, assim, não venha a ser meramente equiparado a qualquer coisa ou objeto, assim ressignificar as relações dentro da escola faz-se necessário, uma vez que as práticas inclusivas implicam no reconhecimento da diversidade e permitem agir em direção a mais ampla igualdade de oportunidades possibilitando ao sujeito uma participação ativa e acesso a todos os âmbitos da sociedade.

Assim, inclusão escolar necessita de certos cuidados, pois ela não é somente inserir fisicamente o aluno na escola, para que ela ocorra de fato. Sua efetivação depende da adoção de políticas públicas inclusivas que não apenas divulgue, por meio de diversos equipamentos de comunicação, que está promovendo a inclusão escolar, mas que as

escolas tenham condições reais para se tornar mais receptiva às necessidades específicas de todos os alunos. (STELMACHUK *et. al.*, 2010).

As pontuações dos autores citados mostram que a os problemas da inclusão escolar nos moldes que vem sendo feita até o momento não possibilitam a real inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais, muito pelo contrario reforçam sua exclusão, pois são poucas as condições de se realizar um ensino inclusivo de qualidade.

A falta de infra-estrutura adequada (salas de recursos, professores e técnicos especializados, matérias didáticos - pedagógicos adequados), falha no diagnostico das dificuldades de aprendizagem especificas, conhecer as percepções que estes alunos têm a respeito de suas limitações e possibilidades, a criação de espaços de cuidado emocional para os profissionais que trabalham com esta população, e principalmente informação a todos os envolvidos no ambiente escolar (pais, alunos, professores, funcionários), de maneira a diminuir o preconceito, estereótipos e conseqüentemente as dificuldades de se estabelecer no ambiente escolar, relações cotidianas de qualidade entre alunos com e sem necessidades educacionais.

A inclusão escolar deve atuar, então, juntamente com a inclusão na comunidade e no mercado de trabalho como forma de inserir e tornar a pessoa como um ser participativo dentro de nossa sociedade, pois somente a inclusão escolar em si, ou qualquer outro tipo de inclusão, possivelmente não fará da pessoa com deficiência um ser atuante dentro da nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

AVILA, C. F.; TACHIBANA, M.; VAISBERG, T. M. J. A. Qual é o lugar do aluno com deficiência? O imaginário coletivo de professores sobre a inclusão escolar. **Paidéia** v.18, n.39, pp. 155-164, 2008.

BUENO, J.G.S. **Educação especial brasileira integração/ segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC/PUSP, 1993.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**, 1994.

ENUMO, S. R. F.; Avaliação assistida para crianças com necessidades educacionais especiais: um recurso auxiliar na inclusão escolar. **Rev. bras. educ. espec.** v.11, n.3, pp. 335-354, 2005.

Revista Pandora Brasil

Revista Pandora Brasil Nº 24 – Novembro de 2010
“Inclusão em Educação: Caminhos, Políticas e Práticas”

IMBERÓN, F. (org)., **A educação do século XXI** : os desafios do futuro imediato. 2.ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

JURDI, A. P. S.; AMIRALIAN, M. L. T. M., A inclusão escolar de alunos com deficiência mental: uma proposta de intervenção do terapeuta ocupacional no cotidiano escolar. **Estud. psicol.** v.23, n.2, pp. 191-202, 2006.

KAËS, R.; **O Grupo e o sujeito do grupo**: elementos para uma teoria psicanalítica do grupo, São Paulo: Casa do psicólogo, 1997.

LEONARDO, N. S. T.; BRAY, C. T.; ROSSATO, S. P. M., Inclusão escolar: um estudo acerca da implantação da proposta em escolas de ensino básico. **Rev. bras. educ. espec.**, v.15, n.2, pp. 289-306, 2009.

MARTINS, L. A. R. (org) **Inclusão compartilhando saberes**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2006.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. Reflexões sobre inclusão com responsabilidade. **Revista @mbienteeducação**, v.1, n.2, p.165-168, 2008.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação** v. 11, n. 33, 2006.

MONTILHA, R. C. I. et al. Percepções de escolares com deficiência visual em relação ao seu processo de escolarização. **Paidéia**, v.19, n.44, pp. 333-339, 2009

SANT'ANA, I. M.; Educação inclusiva: concepções de professores e diretores. **Psicol. estud.** v.10, n.2, pp. 227-234, 2005.

STELMACHUK, A. C. L. *et.al.* Educação inclusiva: uma revisão crítica. In: **Anais do IV Congresso Brasileiro de Educação Especial**. São Carlos, 2010.